

O PAPEL DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Bianca Lopes Siqueira

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense e Técnica em Documentação da Fundação Biblioteca Nacional.

E-mail: bianca.siqueira@bn.gov.br

Elisa Campos Machado

Professora Doutora da Escola de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática.

E-mail: emachado2005@gmail.com

Esther Hermes Lück

Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: estherluck@id.uff.br

RESUMO

Apresenta fatos que marcaram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) do Brasil como instituição responsável pelas políticas públicas na área do livro, leitura e bibliotecas no período de 1992 a 2014, período em que esteve subordinado à Fundação Biblioteca Nacional. Trata-se de um trabalho de registro da memória institucional que pretende contribuir para fortalecer e manter vivo o SNBP. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, procurou-se investigar as questões relacionadas ao SNBP a partir da descrição de suas ações, o que nos remeteu a ricas reflexões acerca do papel desse órgão na construção das políticas para bibliotecas públicas no país. Observa-se que, desde a sua criação, o SNBP se tornou o principal órgão executor das políticas, apesar de nem sempre ter liderado a formulação das mesmas. A análise de suas ações permitiu a identificação de quatro eixos: implantação e modernização das bibliotecas públicas; capacitação de recursos humanos da área do livro e bibliotecas; fomento à pesquisa; apoio as bibliotecas comunitárias, e; pontos de leitura e assessoria técnica. O resultado dessa pesquisa abre novas questões para estudo e debate, dentre as quais se sugere: que resultados podem ser percebidos no que concerne à democratização do acesso à informação e à leitura nas comunidades locais, cujas bibliotecas públicas receberam o apoio do SNBP? Qual o impacto das ações implementadas para a melhoria da qualidade de vida da população em seus territórios? A realização de uma análise de política pública das ações relatadas poderia contribuir para identificar o que deu certo e merece ser repetido ou melhorado, e buscar as causas do que não deu certo, corrigir e evitar que equívocos não se repitam.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Políticas Públicas. Bibliotecas Públicas.

THE ROLE OF THE NATIONAL SYSTEM OF PUBLIC LIBRARIES IN THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

It presents facts that marked the Brazilian System of National Public Libraries (SNBP) as an institution responsible for public policies in the area of books, reading and libraries in the period from 1992 to 2014, during which time it was subordinated to the National Library Foundation (FBN). This work intends to be a registration of the institutional memory that aims to contribute to strengthen and maintain alive the SNBP. Through a bibliographical research, we sought to investigate the issues related to the SNBP from the description of their actions, which brought us rich reflections about his role in the construction of policies for public libraries in the country. Since its inception, the SNBP has become the main executing agency of policies, although it has not always led the formulation of policies. The analysis of its actions allowed the identification of four axes: implantation and modernization of public libraries; capacity building of human resources in the area of books and libraries; promotion of research; support for community libraries and reading and technical assistance points. The result of this research opens new questions for study and debate, among which we suggest: what results can be perceived regarding the democratization of access to information and reading in local communities whose public libraries have received the support of the SNBP? What is the impact of the actions implemented to improve the quality of life of the population in their territories? It is suggested to carry out a public policy analysis of each action reported to identify what has worked and deserve to be repeated or improved, and to seek the causes of what has not worked, correct and avoid misunderstandings.

Keywords: National System of Public Libraries. Public policy. Public libraries.

1 INTRODUÇÃO

A presente comunicação apresenta os fatos que marcaram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) do Brasil como instituição responsável pelas políticas públicas na área do livro, leitura e bibliotecas no período de 1992 a 2014, momento em que esteve subordinado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). Trata-se de um trabalho de registro da memória institucional que pretende contribuir para fortalecer e manter vivo o SNBP.

Apresenta os resultados de uma investigação aplicada¹, com objetivos descritivos, que lançou mão da técnica de levantamento bibliográfico e documental. A investigação trabalhou questões relacionadas ao SNBP a partir de duas vertentes: a trajetória da sua institucionalidade, e a descrição de suas ações. Esse artigo aborda a segunda vertente, a descrição das ações e projetos. A primeira vertente foi objeto de outra publicação².

O levantamento bibliográfico e a análise documental realizados nos arquivos, relatórios, editais e processos administrativos, aliados a leitura de relatos de experiências (RAMOS, 2009; FERNANDEZ; MACHADO, 2015; MELO; MACHADO, 2015) nos remeteu a ricas reflexões acerca do papel desse órgão na construção das políticas para bibliotecas públicas no país. Com os resultados em mãos não poderíamos apenas relacionar as ações realizadas sem localizá-las no tempo, sem estabelecer relações entre os diferentes atores governamentais e não governamentais envolvidos, bem como sem discutir seus desdobramentos no cenário nacional. Mas, o que entendemos por políticas públicas? Onde o SNBP se localiza dentro do processo de construção de políticas públicas de governo? Qual era a sua condição de atuação dentro da FBN e do MinC? Foi a partir dessas questões que iniciamos nossas reflexões.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

A construção de políticas públicas está intimamente ligada às demandas da sociedade. Trata-se da busca de soluções para problemas públicos. No entanto, enquanto esse problema não se torna público poucos se dão conta da necessidade de buscar caminhos para solucioná-lo. Nesse sentido, surge uma importante questão: a democratização do acesso à informação, à leitura e ao conhecimento, objetivos principais de uma biblioteca pública, é considerada um problema público no Brasil?

Antes de buscarmos as respostas para essa questão, é importante lembrar que

¹ Parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Bianca Lopes Siqueira, apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF), em dezembro de 2017, sob orientação da Profa. Dra. Esther Hermes Lück, que teve como membros da banca a Profa. Dra. Elisa Machado e o Prof. Ma. Asy Sanches

² SIQUEIRA, B. L.; MACHADO, E. C.; LÜCK, E. H. A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBDD*. v. 14, n. esp. 45 anos, p. 27-45, 2018

políticas culturais, ou políticas públicas para o segmento da cultura, abrangem desde as noções de políticas e cultura, até as

formulações e ações; objetivos e metas; atores; públicos; instrumentos, meios e recursos humanos, materiais, legais e financeiros; interfaces com áreas afins; além de possuir um caráter sistemático e envolver diferentes momentos da cultura: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas e cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição e consumo; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção (RUBIM, 2008).

Importante registrar que, segundo Rubim (2008), as políticas culturais no Brasil caracterizam-se pela dispersão e são marcadas pelas ausências, autoritarismo e instabilidades. No que se refere às bibliotecas públicas, a situação não é diferente.

As questões que envolvem as políticas de acesso à informação, à leitura e ao conhecimento relacionam-se com diferentes campos do conhecimento e trabalho, mais especificamente com o campo da Ciência e Tecnologia (acesso à informação e ao conhecimento científico), e a Educação e a Cultura (acesso à leitura e a escrita). No período pesquisado, os órgãos governamentais que respondiam por esses campos no Brasil eram o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC)³, o Ministério da Educação (MEC)⁴ e o Ministério da Cultura (MinC).

Desde a criação do MinC, no ano de 1985, a biblioteca pública entendida como equipamento cultural fez parte do campo de atuação desse Ministério, sendo, portanto, esse o órgão do governo federal que respondia diretamente pelas políticas para as bibliotecas públicas no país. Independente disso, é certo que, para implementar políticas públicas de qualidade e efetivas para bibliotecas públicas, esses três Ministérios, MinC, MCTIC e MEC deveriam estar, minimamente, trabalhando em cooperação. Afinal, a informação e a produção e difusão do conhecimento, nos dias de hoje, é totalmente impactada pelas tecnologias.

Desde a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) as ações indutivas para a criação

³ Criado em 2016 por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que extinguiu o Ministério das Comunicações e transformou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). (BRASIL, 2016).

⁴ Apesar de preservar em sua sigla letra C de Cultura, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, o MEC deixou de ser responsável pela condução das políticas culturais.

de políticas públicas para bibliotecas no país estiveram pautadas na produção e distribuição do livro (BRAGANÇA, 2009). O incentivo à manutenção e à organização de bibliotecas públicas era pensado a partir do aumento, melhoria e barateamento da produção editoria nacional. Em sua maioria, os acervos das bibliotecas públicas brasileiras eram formados pelas coleções produzidas e distribuídas com o fomento do INL, independentemente das necessidades específicas de suas comunidades⁵. Pergunta-se, então: como se deu a formulação e execução de políticas públicas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), após a sua formalização em 1992?

O SNBP, desde a sua criação no ano de 1992, se tornou o principal órgão executor das políticas na área de bibliotecas públicas e, apesar de nem sempre ter liderado a formulação das mesmas, participou de sua implementação. A atuação desse órgão se concentrou durante o período em que esteve vinculado à FBN nos seguintes eixos: implantação e modernização das bibliotecas públicas; capacitação de recursos humanos da área do livro e bibliotecas; fomento à pesquisa; apoio as bibliotecas comunitárias e pontos de leitura e assessoria técnica (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, [2013]).

Sua origem está associada à Seção de Bibliotecas do INL. Segundo Tarapanoff e Suaidem (1995) o início da implantação do Sistema ocorreu no ano de 1977, mas oficialmente ele só foi instituído no ano de 1992, por meio do Decreto no. 520, como órgão subordinado à FBN. Inicialmente estava subordinado ao Departamento Nacional do Livro (DNL), mas, a partir de 2003, passou a subordinação direta à Presidência da FBN.

Seu trabalho se estabeleceu de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, respeitando o princípio federativo, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo, o que é considerado um fator inovador para a época, como registra Machado (2008, p. 79):

a concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema que pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais. Por meio da organização sistemática de programas de apoio poderia também incluir em suas metas, a criação de uma rede de sustentação para as inúmeras iniciativas locais de bibliotecas comunitárias. Porém, infelizmente, desde sua criação o SNBP nunca teve abertura suficiente para o estabelecimento de

⁵ A história das políticas culturais voltadas para bibliotecas públicas capitaneadas pelo INL está registrada em artigo complementar a este, publicado por Siqueira, Machado e Lück (2018).

articulações locais. Sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, conseqüentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento desses espaços.

O fato de estar sediado no Rio de Janeiro e não em Brasília, bem como a sua posição dentro da FBN, nem sempre lhe conferiram as condições adequadas para trabalhar com autonomia e agilidade. Para resolver as questões ligadas à cultura e enfrentar os problemas e a fragilidade das bibliotecas públicas no país, seria fundamental que a articulação das ações do SNBP fosse realizada com os representantes dos governos locais, prefeitos e secretários de cultura dos municípios e estados brasileiros. Sua estrutura e localização, praticamente, inviabilizava a articulação visto que os mesmos iam para Brasília e não para o Rio de Janeiro resolver os problemas da área de Cultura. Essa condição é percebida na leitura dos relatórios do próprio SNBP e também dos registros e comunicações do MinC acerca das ações do livro e leitura a exemplo do balanço de 2003 a 2010 (BRASIL, 2010).

Os registros documentais apontam que por um longo período, de 1992 a 2003, o SNBP concentrou sua atuação em três frentes: doação de acervo para as bibliotecas públicas, realização de encontros voltados para a capacitação e troca de experiências entre os profissionais que atuavam nesse tipo de biblioteca, e na prestação de assessoria técnica as bibliotecas públicas brasileiras.

A formulação das políticas para as bibliotecas públicas era liderada pela Secretaria Nacional do Livro e Leitura (SLL) do MinC, criada no ano de 1995, que sob a direção de Otaviano De Fiore, implementou o projeto “Uma biblioteca em cada município”. A respeito desse projeto pouco se sabe. Segundo Ramos (2009), inicialmente, o projeto previa o repasse de recursos para as prefeituras e posteriormente, de kits com acervo e mobiliário acompanhados de um curso de capacitação para os funcionários das bibliotecas municipais e o orçamento advinha do Plano Plurianual (PPA) e da captação de recursos via Lei Rouanet⁶. Não foram encontrados dados a respeito dos recursos orçamentários ou dos resultados desse projeto que possibilitasse análise e discussões mais aprofundadas.

Em 2003, a SLL foi extinta e em seu lugar foi criada a Coordenadoria do Livro e Leitura,

⁶ Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991.

subordinada à Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MinC, sediada em Brasília. Essa Coordenadoria, com status de Diretoria agregou ao seu nome o termo Literatura, passando a ser denominada como Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL). Ao formular as políticas para o livro, leitura e literatura, a DLLL colocou as bibliotecas públicas como um dos seus focos de ação, dando continuidade ao que a SLL fazia, ou seja, conduzir as políticas públicas para esse tipo de equipamento cultural, deixando o SNBP, mais uma vez, como um órgão intermediário ou executor das políticas formuladas no nível central do Ministério. Os relatórios da FBN e do SNBP consultados informam que as decisões eram tomadas em Brasília e o recurso enviado para a FBN que, por meio do SNBP, deveria executá-lo.

Dentro desse contexto, a partir de 2004, o Programa Livro Aberto, que integrava o Plano Plurianual (PPA) do governo federal e que era gerenciado pela FBN, começou a ganhar força e ser ampliado, recebendo os recursos do Programa Mais Cultura na Ação Biblioteca Viva. Vale conferir os dados apresentados pelo MinC no balanço das ações do livro e leitura relativos ao período de 2003 a 2010 (BRASIL, 2010).

Entre 2003 e 2009, o MinC investiu mais de R\$ 286 milhões em políticas públicas de incentivo à leitura e acesso ao livro. O aporte de recursos no setor saltou de R\$ 6 milhões, em 2003, para R\$ 95 milhões em 2009, por meio do Mais Cultura – crescimento superior a 1.500%. [...]. Apenas no período de 2009 e 2010 o programa está [sic] investindo R\$ 156,6 milhões, mais a contrapartida dos estados e municípios de R\$ 34 milhões, em ações para o livro e leitura (MINC, 2010).

O Livro Aberto era um programa orçamentário do governo federal que agregava uma série de ações, tais como: implantação e modernização de bibliotecas públicas; concessão de bolsas na área do livro e da leitura; capacitação de agentes públicos na área do livro e leitura, entre outras. Parte dos recursos do MinC destinados a implantação ou modernização de bibliotecas públicas eram repassados do MinC para a FBN, no Programa Livro Aberto, para ser executado pelo SNBP. Outra parte desses recursos era gerido diretamente pela DLLL/SAI e resultou no estabelecimento de convênios entre a SAI e as prefeituras e fundações estaduais e municipais para a implementação ou modernização de bibliotecas públicas (BRASIL, 2010).

O Programa Livro Aberto foi extinto em 2011 e, a partir de então, as ações voltadas para as áreas de bibliotecas públicas, no âmbito federal, passaram a integrar o Programa

Cultura: Preservação, Promoção e Acesso (MACHADO; CALIL JUNIOR; ACHILLES, 2014). Esse novo Programa orçamentário já não era mais reservado somente a FBN e abrangia diversas outras áreas na qual o MinC detinha responsabilidade, tais como o cinema, teatro, museus, entre outros. Dentro desse Programa o SNBP, via FBN, deu sequência às execuções das ações destinadas as bibliotecas públicas no país.

No ano de 2012, a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura agregou ao seu nome o termo Biblioteca – DLLLLB⁷ - e foi transferida para a FBN com a intenção de concentrar a formulação das políticas públicas para a área na instituição, uma proposta arrojada do então Presidente da FBN, Galeno Amorim. O SNBP, que era subordinado diretamente a Presidência da FBN, passou a ser subordinado a DLLLLB. No entanto, essa nova configuração da FBN se mostrou inviável tendo em vista as dificuldades que a instituição passava em função dos baixos investimentos que os governos anteriores destinaram a instituição e da conseqüente falta de infraestrutura para gerenciar as demandas da Biblioteca Nacional e das políticas nacionais para a área do livro, leitura e literatura. Em 2014, a DLLLLB retorna para o MinC e dessa vez leva com ela o SNBP, encerrando-se, assim, a sua relação de subordinação com a FBN (BRASIL, 2014).

Essas mudanças administrativas influenciaram muito o SNBP, fragilizando sua atuação e em muitos momentos excluindo-o do processo de formulação das políticas públicas para bibliotecas no país.

3 AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO SNBP

As ações e projetos desenvolvidos por um órgão federal que se propõe a atuar de maneira sistêmica visam à indução de práticas, métodos e conceitos a serem adotados pelos integrantes do sistema em questão que se encontram nos governos estaduais e municipais. Portanto, as ações e projetos implementados pelo SNBP podem ser entendidos como

⁷ A demanda pela inclusão do termo biblioteca ao nome da DLLL foi defendido pelo SNBP por acreditar ser importante sua representação mais clara dentro do Ministério. Para o SNBP o livro, representava o suporte, a leitura a prática, a literatura o conteúdo e a biblioteca o local. A partir dessas discussões vários planos do livro e leitura estaduais e municipais passaram a incluir o termo biblioteca em seus nomes. Dando assim a evidência que cabe equipamento cultural no contexto da democratização do acesso à leitura e à informação.

respostas às ausências ou demandas do conjunto de bibliotecas públicas e dos profissionais que atuam em suas localidades, e visam proporcionar mudança na sua realidade. A partir desse entendimento, retomamos o foco no SNBP e apresentamos, com base nos documentos analisados, as ações e projetos capitaneados pelo Sistema no período de 1992 a 2014.

Importante registrar que todos os projetos e ações desenvolvidos pelo SNBP seguiam as diretrizes estabelecidas pela IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas, estavam previstos no PPA e alinhados ao Plano Nacional de Cultura vigente. A participação do Brasil nas reuniões internacionais e, especificamente nas ações ibero-americanas sempre foram representadas pelo SNBP, com destaque para o ano de 2012, quando, por meio do SNBP, o Brasil aderiu ao Programa IBERBIBLIOTECAS (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2013).

No cenário da construção das políticas públicas do governo federal, participou também da construção do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e das articulações para a constituição do Sistema Nacional de Cultural (SNC).

3.1 Ação de implantação e modernização de bibliotecas públicas

Até o ano de 2003, o SNBP dava apoio para as bibliotecas públicas, ou para as prefeituras municipais que pretendiam criar uma biblioteca pública por meio da doação de livros, dando sequência ao que havia sido iniciado pela Seção de Bibliotecas do INL. Foi somente com os aportes de recursos realizados pelo Programa Mais Cultura, a partir do ano de 2004, que foram criadas duas modalidades de apoio às prefeituras dentro do Programa Livro Aberto:

- Implantação/instalação de bibliotecas públicas.
- Modernização de bibliotecas públicas.

A seguir, apresentamos como se davam cada uma dessas ações.

3.1.1 Doação de Acervos

O acervo de uma biblioteca deve ser formado a partir da realidade local e das

demandas de sua comunidade e são as políticas de formação e desenvolvimento de coleções que estabelecem as diretrizes a serem seguidas em cada biblioteca. No entanto, no Brasil essa não é a regra, pois a maioria das bibliotecas públicas municipais e, uma parte das bibliotecas públicas estaduais, não possui recursos para aquisição de materiais bibliográficos, sonoros, visuais entre outros, e dependem de doações para ampliar suas coleções. O bibliotecário/a que está a frente das bibliotecas não tem autonomia e liberdade para adquirir as obras solicitadas ou de interesse de seus usuários (LINDOSO, 2013). São vários os fatores que levaram a essa situação, mas um deles, não podemos negar, foi o histórico processo de doação de livros implementado desde os tempos do INL (SIQUEIRA; MACHADO; LÜCK, 2018).

Os relatórios consultados comprovam que o acervo doado pelo SNBP para as bibliotecas públicas era composto em sua maioria por livros advindos de projetos de edição aprovados dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) por meio da conhecida Lei Rouanet, que exigia que 10 por cento da tiragem deveria ser doada para bibliotecas públicas. Em alguns casos os autores apoiados pelo PRONAC faziam a doação direta para a biblioteca de seu território, mas na maioria das vezes encaminhavam ao SNBP para distribuição.

Além dos livros recebidos por doação de lei de incentivo eram enviados também exemplares da Revista de História da Biblioteca Nacional, bem como de obras recebidas voluntariamente pelo SNBP, principalmente de editoras, ou dos próprios escritores. Uma das maiores doações recebidas pelo SNBP foi do escritor Mauricio de Souza, que doou cerca de um milhão de gibis da turma da Mônica para ser redistribuído para as bibliotecas públicas do Brasil. A partir dos registros analisados é possível supor que em alguns casos as doações eram feitas a partir de encalhes das editoras, afinal o custo de armazenamento para as editoras é muito alto.

O SNBP recebia esse material e distribuía sistematicamente lotes de livros para as bibliotecas públicas de todo país, via correio, ou por retirada na própria biblioteca na FBN. Como já dito anteriormente, essa prática foi estabelecida pelo INL e o SNBP deu continuidade até o ano de 2013. Ao longo do tempo, o recebimento, armazenamento e envio de materiais tornou-se impraticável, resultando no encerramento dessa prática.

Tratava-se de um processo executado na forma de linha de produção. Na medida do

possível o SNBP tentava fazer uma seleção e enviar materiais com conteúdo mais próximos das realidades da biblioteca atendida, mas tendo em vista o volume de material nem sempre isso era possível de ser feito.

A distribuição era realizada por demanda, ou seja, os responsáveis pelas bibliotecas enviavam um ofício ou um e-mail solicitando a doação de acervos, contendo os dados da biblioteca e do responsável pelo recebimento da doação. O SNBP verificava a veracidade das informações prestadas através da checagem dos dados no Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas, base de dados gerenciada pelo próprio SNBP, e também por meio de consulta aos Sistemas Estaduais, para confirmar que a biblioteca solicitante se encontrava em funcionamento regular.

A quantidade de livros enviada girava em torno de 50 a 100 exemplares para distribuição via correio e, nos casos em que a biblioteca podia retirar a doação diretamente nas dependências da FBN, a quantidade de exemplares aumentava consideravelmente, girando em torno de 1.000 a 5.000 exemplares.

É relevante salientar que, além de bibliotecas públicas municipais e estaduais, o SNBP doava livros para outras instituições culturais e assistências, como bibliotecas escolares, comunitárias, pontos de leitura, presídios, hospitais, orfanatos, entre outras.

Não é possível mensurar precisamente a abrangência dessa ação durante todo o período no qual o SNBP esteve vinculado a FBN, pois não existem registros documentais que apontem o número exato de livros recebidos e doados, assim como o quantitativo de bibliotecas contempladas durante todo o período que esta ação foi realizada. No entanto, a partir do ano de 2012, o SNBP passou a sistematizar as informações relativas a esta ação e somente nesse ano foi computado um total de 52.212 livros recebidos e 20.321 livros doados (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2012). Já em 2013, com o encerramento da recepção de livros advindos de incentivo da Lei Rouanet e a previsão de mudança do SNBP para Brasília, foram doados 200.981 livros. (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014).

Bibliotecas de todas as regiões brasileiras foram contempladas com doações de acervos, no entanto, as instituições sediadas no Estado do Rio de Janeiro foram amplamente mais beneficiadas, devido à disponibilidade em buscar as referidas doações diretamente nas

dependências da FBN. As demais doações, para outras regiões, dependiam da disponibilidade de recursos financeiros para o envio das obras, fosse através dos correios ou via transportadora.

Cabe ressaltar, que durante muitos anos, principalmente até os anos 2000 quando o SNBP não tinha recursos financeiros, a doação de acervo figurava como o carro-chefe da execução da ação de modernização de bibliotecas públicas.

3.1.2 Distribuição de kits para implantação/instalação e modernização de bibliotecas públicas

Com os aportes de recursos ao Programa Livro Aberto se iniciou a modalidade de implantação/instalação de bibliotecas públicas e a modernização passou a ir além da distribuição de livros. Para cada uma das modalidades foram estabelecidos o quantitativo e as especificações de equipamentos, mobiliários e acervos. Os relatórios anuais apontam que a composição dos kits variava durante os anos em que perdurou o Programa, de 2004 a 2011, conforme pode ser observado nos quadros 1 e 2.

Quadro 1: Composição dos kits de implantação/instalação de bibliotecas

COMPOSIÇÃO	2004	2005	2007	2008	2010	2011
Acervo	2.000 itens					
Cadeira	9 itens					
Circulador de Ar	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
Computador	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
DVD	-	-	-	1 item	1 item	1 item
Estante	4 itens					
Impressora	1 item					
Mesa de Informática	1 item					
Mesa Redonda	2 itens					
Mini System	1 item					
No Break	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
Televisão	1 item					
Vídeo Cassete	1 item	1 item	1 item	-	-	-

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012)

O kit de implantação/instalação de bibliotecas era destinado para os municípios que não provinham deste equipamento cultural ou que almejavam a instalação de uma segunda

biblioteca no seu território. Era composto de acervo, equipamentos eletrônicos e de informática e mobiliários que possibilitava instalar uma biblioteca com os elementos básicos para o seu funcionamento. Já o kit de modernização, que era destinado às bibliotecas já existentes, continha um número menor de itens, inicialmente, entre os anos de 2006 e 2007, era composto somente por um acervo de 1.000 livros e, a partir de 2008 foram incorporados equipamentos eletroeletrônicos e mobiliário, como pode observar no quadro 2 apresentado a seguir:

Quadro 2: Composição dos kits de modernização de bibliotecas

COMPOSIÇÃO	2006	2007	2008	2011
Almofada	-	-	4 itens	4 itens
Acervo	1.000 itens	1.000 itens	1.000 itens	1.000 itens
Cadeira	-	-	9 itens	9 itens
Carrinho Expositor	-	-	1 item	1 item
Circulador de Ar	-	-	2 itens	2 itens
Estante	-	-	4 itens	4 itens
Mesa de Informática	-	-	1 item	1 item
Mesa Redonda	-	-	2 itens	2 itens
Puff	-	-	3 itens	3 itens
Quadro de Aviso	-	-	2 itens	2 itens

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012)

Pudemos observar a partir das análises dos dados coletados que as mudanças na composição dos kits foram impulsionadas pelas mudanças conceituais relativa às necessidades de uma biblioteca, por mudanças tecnológicas, pela avaliação da necessidade da ampliação do número de equipamentos doados, bem como a disponibilização de maior aporte financeiro desta ação.

Um dos principais itens do *kit* era o acervo. O acervo era composto por livros, revistas, materiais áudio visuais e mapas, adquiridos especificamente para essas ações. A seleção dessas coleções era feita por uma comissão formada por professores e profissionais da área do livro, que selecionavam os itens por áreas do conhecimento. Foram realizados três processos de seleção de acervo nos anos de 2004, 2008 e 2010.

Conforme registros documentais pudemos conferir que todos os itens que compunham os kits foram adquiridos por meio de licitações, realizadas pelo Setor de Licitações e Contratos, ligado a Coordenação Geral de Administração e Planejamento da FBN.

O processo de montagem dos kits era realizado no prédio Anexo da Biblioteca Nacional, localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Em paralelo à aquisição dos materiais e do acervo, ocorria o processo de seleção das bibliotecas a serem contempladas. Essa seleção inicialmente era realizada por demanda da prefeitura, ou do Sistema Estadual de Bibliotecas (SEBP) e, posteriormente, a partir do ano de 2009, passou a ser realizado por meio de edital público.

Importante ressaltar que as demandas por modernização passavam por um processo de verificação interna no Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas e de validação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas ao qual o município pertencia. Já a seleção por edital público era realizada por uma comissão constituída por profissionais da Biblioteca Nacional e de outras instituições, a partir da análise dos projetos apresentados pelas bibliotecas concorrentes.

Uma importante pesquisa foi realizada no ano de 2009 com o objetivo de identificar os municípios que ainda não possuíam bibliotecas públicas. Trata-se do I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com recursos do MinC. O Censo apontou que no ano de 2010, 420 municípios brasileiros não possuíam uma biblioteca pública (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014). Sendo assim, a ação de implantação/instalação, voltou-se para estes municípios com o objetivo de zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas.

O resultado do mencionado Censo revelou que a região nordeste era a que apresentava o maior percentual de municípios sem bibliotecas, 50,16%, ao passo que a região sudeste apresentava o menor índice, 14,74%, portanto, o SNBP deveria investir esforços nessa região.

A execução das ações de implantação/instalação e modernização era realizada por meio do estabelecimento de um contrato entre a FBN e a prefeitura beneficiada, que previa a doação dos bens em regime de comodato, ou seja, os bens doados pertenciam a FBN e poderiam ser utilizados pelos municípios. Depois de transcorridos 3 anos da assinatura do contrato de comodato e com o cumprimento de todas as cláusulas no referido instrumento, os bens eram definitivamente doados para as prefeituras. Para o estabelecimento do contrato de comodato entre a FBN e a prefeitura, se fazia necessário o envio da seguinte documentação:

- a) Formulário de inscrição para apoio à Instalação/modernização de Bibliotecas Públicas;
 - b) Declaração que dispõe de espaço adequado, de fácil acesso à comunidade e com 80 m², no mínimo assinada pelo prefeito. Esta declaração era apenas para ação de instalação de bibliotecas.
 - c) Apresentar cópia da escritura do imóvel, ou contrato de locação, ou declaração do Prefeito atestando que o imóvel onde a biblioteca está ou será instalada é patrimônio público municipal.
 - d) Enviar fotografias externas e internas do prédio onde será instalada a biblioteca pública. No caso de modernização, enviar foto externa e interna da biblioteca em funcionamento.
 - e) Apresentar cópia autenticada do CNPJ e endereço completo da prefeitura.
 - f) Fornecer nome completo, endereço, cópia autenticada do CPF e da identidade do prefeito.
 - g) Apresentar cópia do Termo de posse do prefeito;
 - h) Informar o nome, endereço e telefone da pessoa que era diretamente responsável pela instalação/modernização da biblioteca.
 - j) Encaminhar toda a documentação com um ofício do prefeito endereçado ao presidente da FBN.
- (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2012).

Após o envio de toda a documentação, a assinatura do contrato de comodato e a publicação em Diário Oficial da União (D.O.U.), os kits eram encaminhados para as respectivas prefeituras. Em contrapartida, ficava a cargo das prefeituras o funcionamento das bibliotecas, incluindo a concessão do local e dos recursos humanos. Ao SNBP cabia acompanhar o cumprimento do contrato o que era realizado via diligências presenciais e a distância. Os registros analisados apontam que os sistemas estaduais e municipais foram importantes parceiros nessa tarefa.

Durante o período de 2004 a 2011, foram criadas 1.705 bibliotecas e 682 modernizadas em todos os Estados do Brasil, conforme apresenta a tabela 1, respectivamente.

Tabela 1: Implantação/Instalação de Bibliotecas por Ano

Ano	Implantação/Instalação MunicípiosContemplados	Modernização MunicípiosContemplados
2004	127	0
2005	403	0
2006	0	31

2007	361	65
2008	300	410
2009	0	34
2010	456	0
2011	58	142
Total	1705	682

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012)

Para efetuar a ação, o Ministério da Cultura, através do SNBP, investiu um total de R\$ 96.673.800,33, excluindo deste montante os valores com montagem e transporte dos kits, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: Investimento via distribuição de kits por região

Região	Estados	Valor das Implantações	Valor das Modernizações	Valor Total
Norte	AC	R\$ 732.975,12	R\$ 252.365,70	R\$ 985.340,82
	AP	R\$ 244.013,04	R\$ 150.186,58	R\$ 394.199,62
	AM	R\$ 2.202.683,86	R\$ 303.880,64	R\$ 2.506.564,50
	PA	R\$ 1.809.246,22	R\$ 1.261.640,16	R\$ 3.070.886,38
	RO	R\$ 708.182,09	R\$ 417.378,90	R\$ 1.125.560,99
	RR	R\$ 633.089,32	R\$ 152.524,90	R\$ 785.614,22
	TO	R\$ 2.232.313,31	R\$ 388.699,02	R\$ 2.621.012,33
Nordeste	AL	R\$ 2.283.992,87	R\$ 695.761,28	R\$ 2.979.754,15
	BA	R\$ 7.677.380,67	R\$ 1.527.855,88	R\$ 9.205.236,55
	CE	R\$ 3.492.689,85	R\$ 1.132.467,76	R\$ 4.625.157,61
	MA	R\$ 5.757.837,19	R\$ 644.246,34	R\$ 6.402.083,53
	PB	R\$ 6.165.780,96	R\$ 333.360,46	R\$ 6.499.141,42
	PE	R\$ 2.071.875,55	R\$ 1.613.383,28	R\$ 3.685.258,83
	PI	R\$ 9.295.199,40	R\$ 500.373,16	R\$ 9.795.572,56
	RN	R\$ 3.255.700,79	R\$ 694.726,40	R\$ 3.950.427,19
	SE	R\$ 1.414.210,91	R\$ 510.718,94	R\$ 1.924.929,85
Centro Oeste	DF	R\$ 0	R\$ 30.504,98	R\$ 30.504,98
	GO	R\$ 3.430.004,08	R\$ 673.589,62	R\$ 4.103.593,70
	MT	R\$ 1.773.454,56	R\$ 509.549,78	R\$ 2.283.004,34
	MS	R\$ 429.836,37	R\$ 577.398,04	R\$ 1.007.234,41
Sudeste	ES	R\$ 241.022,68	R\$ 566.393,08	R\$ 807.415,76
	MG	R\$ 6.245.916,53	R\$ 2.022.773,86	R\$ 8.268.690,39
	RJ	R\$ 220.940,00	R\$ 1.016.159,36	R\$ 1.237.099,36
	SP	R\$ 3.368.043,26	R\$ 1.991.291,30	R\$ 5.359.334,56
Sul	PPR	R\$ 1.737.267,24	R\$ 961.796,12	R\$ 2.699.063,36
	RS	R\$ 5.726.197,24	R\$ 770.099,60	R\$ 6.496.296,84
	SC	R\$ 2.981.404,12	R\$ 843.417,96	R\$ 3.824.822,08
Total	27	R\$ 76.131.257,23	R\$ 20.542.543,10	R\$ 96.673.800,33

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012)

No que diz respeito à distribuição regional, o maior quantitativo de bibliotecas implantadas/instaladas, em números absolutos, foi na região nordeste, totalizando 900 bibliotecas, ao passo que o menor quantitativo, em números absolutos, foi na região Centro-Oeste com 126 bibliotecas, conforme pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3: Distribuição de bibliotecas apoiadas nas 2 modalidades por Região

Região	Estados	Implantações	Modernizações
Norte	AC	16	8
	AP	5	5
	AM	44	10
	PA	45	40
	RO	17	14
	RR	13	5
	TO	49	12
Nordeste	AL	56	23
	BA	163	50
	CE	79	41
	MA	131	21
	PB	131	13
	PE	49	53
	PI	189	15
	RN	70	23
	SE	32	16
Centro Oeste	DF	0	1
	GO	76	22
	MT	41	20
	MS	9	19
Sudeste	ES	6	20
	MG	148	67
	RJ	6	33
	SP	86	65
Sul	PPR	45	33
	RS	127	24
	SC	72	29
Total	27	1705	682

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012)

O mesmo aconteceu em relação aos investimentos na modalidade modernização. O SNBP apoiou 255 bibliotecas na região nordeste. A região centro-oeste foi a que recebeu menor investimento nessa modalidade, foram 62 bibliotecas apoiadas. Os números

apresentados nas tabelas 2 e 3 demonstram o grande investimento realizado na região nordeste do Brasil.

As ações de implantação/instalação e modernização de bibliotecas públicas por meio da distribuição de kit foram extremamente significativas na época e se constituíram durante um longo período como o principal eixo de ação do SNBP, apesar de ser considerada uma política centralizadora, uniformizadora e tecnocrata (MACHADO, 2010).

3.1.3 Instalação/Implantação e Modernização por repasse de recursos financeiros

Os recursos financeiros reservados para essas modalidades possibilitaram também a realização de investimentos em obras de construção, reformas, formação de recursos humanos, implantação de sistema de automação, entre outras atividades, desde que contribuíssem para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas. Os repasses de recursos financeiros eram realizados por meio do estabelecimento de um convênio entre a FBN e a instituição pública municipal ou estadual responsável pela biblioteca. É possível conferir essa prática por meio de consulta ao Portal da Transparência⁸ do governo federal ou mesmo do Portal de Convênios (SICONV)⁹.

Foi dentro desse contexto o SNBP apoiou, por exemplo, a modernização das bibliotecas públicas do Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2009 a FBN firmou um convênio com a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro para a modernizar a Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O repasse foi de cerca de R\$ 13.000.000,00 para modernização estrutural da biblioteca, reforma e ampliação do prédio, além da aquisição de acervo, mobiliários e equipamentos. A reforma e modernização durou 4 anos, até o ano de 2013, quando a biblioteca foi reinaugurada. Em contrapartida, ficou a cargo do Estado do Rio de Janeiro a manutenção do funcionamento da biblioteca, com a disponibilização de recursos humanos e o pagamento das despesas administrativas.

Cabe registrar que a Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, como passou a ser

⁸ Endereço eletrônico: <http://www.portaltransparencia.gov.br>

⁹ Endereço eletrônico: <http://portal.convenios.gov.br>

chamada, tornou-se uma das principais bibliotecas públicas brasileiras, referência tanto nas concepções estruturais, com a criação de espaços modernos de leitura, convivência, dentre outros, além de serviços dinâmicos, voltados para atrair e entreter os usuários. Infelizmente a partir do ano de 2015 a crise que tomou conta do estado do Rio de Janeiro atingiu em cheio essa e outras bibliotecas e de lá para cá seu funcionamento ficou comprometido.

Com a transferência da DLLL para a FBN, no final de 2013, os 32 convênios firmados pela Diretoria por meio da SAI/MinC com entes federados para implantação/instalação ou modernização de bibliotecas públicas, foram transferidos¹⁰ para o SNBP/FBN, resultando num investimento total nessa modalidade de apoio, da DLLL/SAI e SNBP/FBN de R\$ 59.633.432,71, entre os anos de 2008 e 2014 (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2015).

Com a transferência dos 32 convênios para o SNBP, novas tarefas e relacionamentos foram impostos ao Sistema. Nem a FBN e nem o MinC construíram condições favoráveis para essa nova realidade. O SNBP, continuava com suas limitações estruturais, não possuía equipe preparada e habilitada para atuar nas rotinas de acompanhamento e encerramento dos processos, nem mesmo infraestrutura tecnológica para o controle do volume de trabalho agregado nesse novo contexto. Se a aquisição e distribuição de kits já tinham colocando o SNBP no limite de suas condições de trabalho, a transferência da gestão dos convênios firmados no âmbito do MinC transformou o Sistema num órgão extremamente burocrático de acompanhamento e controle de processos administrativos.

3.2 Apoio às bibliotecas comunitárias e pontos de leitura

Foi a partir de 2008 que o SNBP deu início ao apoio às bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, um projeto capitaneado pela Coordenadoria Geral do Livro e Leitura (CGLL) do MinC, que contou com recursos também do Programa Mais Cultura (BRASIL, 2007). Por meio do edital público denominado “Concurso Pontos de Leitura 2008 – Edição Machado de Assis” foram selecionadas 600 iniciativas no país. Cada instituição recebeu um kit, como uma

¹⁰ O detalhamento das ações realizadas pela DLLL no campo do livro e leitura estão registados no balanço apresentado em 2010 (BRASIL, 2010).

modelagem semelhante ao empregado no processo de modernização de bibliotecas públicas (BRASIL, 2010). O SNBP mais uma vez foi o executor da ação, ficando sob sua responsabilidade a infraestrutura de aquisição e distribuição dos kits, a formalização do repasse dos bens doados, bem como o acompanhamento dos resultados.

No ano de 2013, dando continuidade ao apoio a esse tipo de iniciativa o SNBP lançou um novo edital de chamada pública para apoiar 100 bibliotecas comunitária e pontos de leitura. Dessa vez os recursos oriundos da Lei de Orçamento Anual (LOA) da FBN no valor de R\$ 3.200.000,00, possibilitaram o repasse do valor de R\$ 32.000,00 na forma de prêmio para cada projeto selecionadas. A seleção foi realizada por meio da avaliação dos projetos inscritos por uma comissão de servidores da FBN e de instituições afins. Dessa vez no lugar de kits foram repassados recursos em dinheiro para execução do projeto proposto.

O apoio às bibliotecas comunitárias categorizada como prêmios teve como objetivo influenciar positivamente o comportamento das pessoas e instituições que estavam a frente desses projetos sociais. Segundo Secchi (2011) o prêmio trata-se de um mecanismo de indução de comportamento utilizado pelos proponentes.

3.3 Apoios às bibliotecas realizados por meio de projetos

Na busca por solução de problemas foram realizados também apoios às bibliotecas públicas por meio de projetos. Os projetos capitaneados pelo SNBP envolveram questões relativas ao mapeamento e controle de dados acerca das bibliotecas, acessibilidade, memória e valorização de cultura de matriz africana e formação de pessoal para atuar em bibliotecas públicas. A seguir encontram-se os projetos identificados:

- I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais: realizado no ano de 2009 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve por objetivo mapear e fazer um levantamento das condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais brasileiras. Os recursos, R\$ 3.700.000,00 (BRASIL, 2010) para contratação da FGV vieram também do Programa Mais Cultura e foram executados pelo SNBP via FBN, unidade gestora dos recursos para as bibliotecas públicas a época. Os resultados apontaram que 79% dos municípios brasileiros possuíam pelo menos uma biblioteca em funcionamento. Os 420 municípios

identificados sem bibliotecas públicas passaram a ser objeto da ação de implantação/instalação de bibliotecas no ano de 2010.

- Telecentros em Bibliotecas Públicas: projeto realizado em parceria com o Ministério das Comunicações (MC), que teve por objetivo a instalação de telecentros em bibliotecas públicas contempladas com investimentos de modernização. Foram 486 bibliotecas contempladas no Programa Mais Cultura, no período de 2008 a 2010. Coube ao MinC, por meio do SNBP/FBN, indicar e orientar as bibliotecas públicas para receber os kits dos telecentros e ao MC entregar e instalar os kits (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2012);
- Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil: em parceria com Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o SNBP lançou em 2011 um edital para seleção de uma entidade privada sem fins lucrativos para desenvolver um projeto com o objetivo de registrar a memória de comunidades de matriz africana, formar mediadores de leitura e produzir um livro para ser incorporado ao acervo temático das bibliotecas públicas. Os resultados desse projeto, entendido como um piloto, deveriam colaborar para o estabelecimento de diretrizes para as ações de valorização das culturas de matriz africana em bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura. No entanto, o projeto foi encerrado em 2014 e não teve continuidade. Os resultados e abrangência do projeto estão registrados no livro: “Ancestralidade Africana no Brasil: memória dos pontos de leitura”, publicado no ano de 2014, e no site¹¹ de mesmo nome (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2013; 2014).
- Mais Bibliotecas Públicas: no ano de 2012 o SNBP, por meio de edital público, selecionou uma entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Políticas Relacionais (IPR) para desenvolver um projeto com o objetivo de implementar um processo de levantamento, análise e validação dos dados sobre os municípios com bibliotecas públicas no Brasil, identificando assim aqueles que continuavam sem bibliotecas, bem como monitorando os contratos de comodato realizados com as prefeituras beneficiadas com kits de implantação/instalação e modernização. A partir dos dados levantados no projeto, o

¹¹ Endereço eletrônico: <http://ancestralidadeafricana.org.br>

SNBP organizou encontros regionais com o objetivo de mobilizar e sensibilizar os gestores públicos locais e a sociedade civil na melhoria, qualificação e ampliação do número de bibliotecas públicas no país. Ao final lançou um guia de apoio para os gestores locais e para bibliotecários que atuam em pequenos municípios onde é possível conferir os resultados e abrangência do projeto. Trata-se do livro: “Bibliotecas públicas: um equipamento cultural para o desenvolvimento local”¹² (FERNANDEZ; MACHADO, 2015; 2016).

- **Acessibilidade em Bibliotecas Públicas:** no ano de 2013, o SNBP selecionou via edital público uma entidade privada sem fins lucrativos, a Mais Diferenças, para executar o projeto que teve início no ano de 2014. Teve por objetivo tornar 10 bibliotecas públicas nos 5 territórios brasileiros, referência em acessibilidade, bem como construir e disponibilizar material acessível e fomentar o debate e a incidência na construção de políticas públicas voltadas para as questões que envolvem a acessibilidade no campo do livro, leitura e bibliotecas no país. Ao final dentre diversos produtos, publicou um manual orientador para o fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014).
- **Boas práticas e inovação em bibliotecas públicas:** no ano de 2014, o SNBP lançou um edital para premiar 52 iniciativas voltadas para a qualificação de serviços e para a sustentabilidade de bibliotecas públicas no valor de R\$ 32.000,00 cada. A proposta incluiu o compartilhamento da metodologia das iniciativas premiadas com vistas a sua multiplicação.

Cabe registrar que no ano de 2012 a presidência da FBN, liderada a época por Galeno Amorim, lançou o Programa Livro Popular por meio de uma série de ações que tinha como objetivo baratear o preço do livro no país e o SNBP atuou como um apoiador dentro da estrutura da FBN, já que o eixo principal do projeto dava às bibliotecas públicas a autonomia para a aquisição direta de livros no Portal do Livro criado pela FBN para esse fim. Tratava-se de uma grande engrenagem que dependia da oferta de livros a baixo custo pelas próprias editoras. No entanto, as dificuldades burocráticas encontradas durante a sua execução aliadas

¹² Endereço eletrônico para acesso ao documento completo:
http://culturadigital.br/gpbp/files/2016/07/Guia-2016.05.27_Digital-final.pdf

a falta de infraestrutura da instituição, inviabilizaram a sua continuidade.

3.4 Formação de pessoal para a área de bibliotecas

Desde sua criação, o SNBP organizou e promoveu encontros de formação e atualização para bibliotecários, auxiliares de bibliotecas e outros profissionais que atuam em bibliotecas públicas e comunitárias. Participou de encontros promovidos pelos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) e por redes locais de bibliotecas com o intuito de divulgar informações sobre as bibliotecas públicas no país.

Dentre essas ações de formação destaca-se o “Curso de aperfeiçoamento e multiplicador dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas do país”, realizado no ano de 2009 e 2010 pelo SNBP em parceria com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, com o apoio da PETROBRAS. O curso teve por objetivo apresentar as noções básicas para a implantação, funcionamento e manutenção de uma biblioteca pública.

A obra “Bibliotecas públicas no Brasil: princípios e diretrizes”, publicada no ano de 1995 em sua primeira edição, foi reeditada em 2010. Na mesma época foi publicada a Bibliografia Brasileira de Bibliotecas Públicas e temas afins, ambas publicações com apoio da PETROBRAS.

Anualmente, o SNBP realizava o Encontro Nacional de Bibliotecas Públicas uma forma de troca de conhecimento, integração e de formação para o pessoal de bibliotecas. O Encontro tinha por objetivo promover a interação entre as coordenações estaduais de bibliotecas públicas e do Distrito Federal, além de levantar debates a respeito do panorama atual das bibliotecas públicas brasileiras, políticas de incentivo à leitura no país, políticas públicas para bibliotecas, entre outros.

Além dos Coordenadores Estaduais, o evento congregava bibliotecários, profissionais das áreas afins, professores, pesquisadores, estudantes e usuários interessados na temática. A programação abordava diversas atividades, tais como: conferências proferidas por professores estrangeiros convidados; apresentação de trabalhos; lançamento de livro; e reunião com os(as) Coordenadores(as) dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, visita a Instituições Culturais.

Cabe destaque para o ano de 2010, quando foi realizado em paralelo ao XVII Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas, o V Simpósio Latino-Americano de Bibliotecas Públicas e o I Colóquio Latino-Americano Sobre Serviços Bibliotecários e Comunidades Indígenas, demonstrando as articulações internacionais do SNBP.

Importante registrar que até o ano de 2013, os Encontros eram realizados no auditório Machado de Assis da FBN, na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, com o intuito de promover um intercâmbio cultural entre as coordenações estaduais e possibilitar a participação de pessoas que não tinham a possibilidade de deslocar-se até o Rio de Janeiro, o XIX Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas foi realizado em Belém, no Pará, em parceria com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Pará.

Com o intuito de fomentar as pesquisas acadêmicas na área de bibliotecas públicas e comunitárias, o SNBP estabeleceu parceria com instituições de pesquisa no nível de graduação e pós-graduação, assim como, com instituições de fomento. Exemplo disso foi a parceria estabelecida em 2009 com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Cientistas da Informação (FEBAB) para organizar o Fórum de Bibliotecas Públicas com o intuito de identificar, valorizar e compartilhar pesquisas acadêmicas que estão em andamento na área.

O I Fórum de Bibliotecas Públicas ocorreu em Bonito, estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009, como uma atividade paralela ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD). O II Fórum de Bibliotecas Públicas, em 2011, ocorreu em Maceió (AL) e passou a contar também com a parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A 3ª edição Fórum de Bibliotecas Públicas, em 2013, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, oficializou a parceria com o Grupo de Pesquisa “Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática” da UNIRIO. Tendo em vista seu fortalecimento, ampliação e abrangência nacional passou a ser denominado Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas.

Nesse ano de 2013, pela primeira vez na história do CBBBD, a temática biblioteca pública constituiu-se como um eixo temático do congresso. Foram 4 dias de debates, trocas de experiências e reflexões, com a participação da plateia formada por profissionais e estudantes interessados no desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, além dos

coordenadores dos Sistemas Estaduais de Biblioteca Pública. Um público de aproximadamente 450 pessoas pode conhecer o trabalho de outros profissionais que abordaram temas como a sociedade multicultural, inclusão informacional, gestão técnica (descarte e tratamento de coleções), tecnologias e uso de mídias sociais e políticas públicas.

Suas articulações com as agências internacionais lhe conferiram espaço para que membros do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais participassem de encontros e cursos de formação fora do país. Nesse âmbito, cabe destaque para o curso de educação a distância (EAD), *Diplomado em Gestión de Biblioecas Pública*, oferecido no ano de 2014, pela Universidad Alberto Urtado, do Chile, com o apoio do Programa IBERBIBLIOTECAS, para bibliotecários de 4 países ibero-americanos (Brasil, Costa Rica, Colômbia e Espanha). O curso teve a participação de 238 alunos, sendo 90 bibliotecários brasileiros.

3.5 Assessoria técnica

Desde a sua criação, o SNBP ofereceu aos governos locais, aos profissionais que atuam em bibliotecas e para a sociedade em geral, assessoria técnica para apoiar trabalhos bibliotecários. A assessoria era realizada presencialmente por meio de visitas técnicas, e a distância por meio de atendimento telefônico ou via e-mail. Abordava questões que envolviam desde a instalação e modernização de bibliotecas, a formação e desenvolvimento de coleções, o tratamento e a informatização e o controle dos acervos, a criação de novos serviços, a gestão e a formação de pessoal no âmbito local (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2013?).

O livro “Bibliotecas públicas no Brasil: princípios e diretrizes”, publicado em 1995 e reeditada em 2010, tornou-se também em um material de apoio no processo de assessoria, assim como o site do SNBP, criado posteriormente, no ano de 2012, e as obras resultantes dos projetos Mais Bibliotecas Públicas e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

A partir de 2013, com o aumento exponencial dos convênios e o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento dos contratos de comodato e convênios, a assessoria técnica foi intensificada e, em paralelo, passou a realizar as diligências, ou seja, implementando assim um processo pedagógico de acompanhamento local.

Além disso, programas de governo que previam a construção de bibliotecas, a exemplo das Bibliotecas dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUS), receberam a atenção do SNBP no planejamento e nas diretrizes para aquisição e tratamento de acervos.

3.6 Parcerias e articulações institucionais

Além das parcerias estabelecidas entre o SNBP e os governos locais, estados e municípios, que geraram a formalização de mais de 2.387 contratos de comodato e 44 convênios, o SNBP trabalhou em parceria com várias instituições em diferentes momentos durante os 22 anos em que esteve subordinado a FBN, dentre as quais figuram instituições públicas, entidade privadas, entidades públicas sem fins lucrativos, universidades, grupos de pesquisa, entre outros.

Muitas parcerias já foram mencionadas, a exemplo da PETROBRAS, FEBAB, SEPPIR, MC, UNIRIO entre outras, mas vale destaque para a parceria estabelecida no ano de 2012 com a *Bill & Melinda Gates Foundation (BMGF)* por meio do programa internacional *Global Libraries*. Por meio dessa parceria foi realizado o 18º. Encontro Nacional do SNBP no ano de 2012, bem como o “Estudo Qualitativo sobre Acesso à Informação e à Leitura em Bibliotecas Públicas”. E, a partir dos resultados desse estudo deu-se início aos projetos “Tô na Rede” e “Conecta biblioteca”. Os recursos para a execução dos projetos foram repassados diretamente da BMGF para as entidades privadas sem fins lucrativos executoras: a IPR, respondendo pelo Tô na Rede, e a Recode e a Caravan Studies, pelo Conecta biblioteca. O SNBP estabeleceu as articulações e desenhou juntamente com a BMGF as formas de investimentos que deveriam privilegiar a formação de pessoal para melhor gerir as bibliotecas públicas do país.

Cabe destaque também para a parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no ano de 2014, para a realização do projeto “Bibliotecas em rede”, realizado em seis bibliotecas públicas de três municípios do Estado de Sergipe - Aracaju, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão -, que teve como objetivos ativar redes, promover debates e circulação de informações e experiências entre profissionais de bibliotecas para ampliar sua articulação com a comunidade. Tratava-se de uma ação de extensão universitária do

Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar (MELO; MACHADO, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa nos levam a crer que no período de 1994 e 2014, a democratização do acesso à leitura e à informação foi considerada um problema público e a biblioteca pública entendida pelos governos como uma solução. Dentro desse contexto, o SNBP foi identificado, no âmbito do governo federal, como o executor das políticas traçadas pelo Ministério da Cultura e teve uma importância significativa para o desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas públicas no país. No entanto, a pesquisa revela também as dificuldades enfrentadas por ele para ultrapassar a condição de mero executor e assumir a posição de formulador de políticas públicas.

Até o início de 2003, poucos recursos foram reservados ao SNBP, fazendo com que sua maior atuação fosse a distribuição de livros advindos da Lei Rouanet e a realização de encontros dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas. Foi a partir de 2004 que os aportes orçamentários deram condições de ampliar suas ações. No entanto, a forma adotada para proceder a execução orçamentária e apoiar as bibliotecas públicas fez com que fosse estabelecida uma linha de produção interna na FBN, de compra e distribuição de bens para atender as demandas de instalação e modernização de bibliotecas, que impactou nas rotinas dessa instituição. Proceder à execução orçamentária, por meio dos contratos de comodato ou por meio dos convênios gerou tramites burocráticos de monitoramento de recursos nunca antes vivido pelo SNBP e pela FBN.

Durante todo período em permaneceu subordinado a FBN sua condição de formulador de políticas públicas foi praticamente negada, ficando a cargo dos agentes públicos que estavam sediados na capital federal, dentro do Ministério da Cultura o estabelecimento do que seria priorizado e como seriam executadas.

Somente a partir de 2013 que o SNBP encerra a fase recebimento e distribuição de livros advindos da Lei Rouanet e de distribuição de kits para implantação/instalação e modernização de bibliotecas, e inicia investimentos mais significativos na qualificação dos

serviços bibliotecários por meio de projetos, a exemplo do projeto Mais Bibliotecas Públicas e do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. Nesse momento, o órgão começa a dar os primeiros passos para assumir o papel de formulador de políticas públicas, preparando-se para sua transferência para Brasília, o que ocorreu no final do ano de 2014.

As expectativas com a mudança do SNBP para o MinC eram de que ao estar na capital federal, ao lado dos tomadores de decisão, o Sistema estaria no centro decisório, com maior facilidade de aproximação com os governos locais e de articulação com outros entes governamentais. Afinal, como mencionado no início desse artigo, pensar em atuar na democratização do acesso à informação, à leitura e ao conhecimento demanda o estabelecimento de diálogo e de processos contínuos e sistemáticos dentro do próprio governo.

Por fim, é importante registrar que o resultado dessa pesquisa abre novas questões para estudo, dentre as quais sugerimos: que resultados podem ser percebidos no que concerne à democratização do acesso à informação e à leitura nas comunidades locais cujas bibliotecas públicas receberam o apoio do SNBP? Enfim, qual o impacto das ações implementadas para a melhoria da qualidade de vida da população em seus territórios?

No nosso entendimento, é essencial que seja feito um processo de análise de política pública de cada ação e de cada projeto relatado, para identificar o que deu certo e merece ser repetido ou melhorado, e buscar as causas do que não deu certo, corrigir rumos e evitar que equívocos não se repitam.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, ano 2, n. 2, p. 221-244, 2009.

BRASIL. Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de maio, 1992.

BRASIL. Decreto no 8.297 de 15 de agosto de 2014. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o

Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; e altera os Decretos nº 519 e nº 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de agosto, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação do Programa Mais Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Mais leitura**: balanço das ações de livro e leitura do Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2010.

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas públicas: um equipamento cultural para o desenvolvimento local**. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016.

FERNANDEZ, M. A. A. ; MACHADO, E. C. Projeto 'Mais Bibliotecas Públicas': uma estratégia de mobilização local. **RBBD**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online), São Paulo, v. 11, p. 163-180-180, 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Rio de Janeiro: FBN, 2016. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2015-3130.pdf> Acesso em: 31 jul. 2018.

LINDOSO, Felipe. **Biblioteca Nacional e PNLL**: o vai-e-vem institucional. Publishnews, São Paulo, 28/05/2013. não paginado. – Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/materias/2013/05/28/73225-biblioteca-nacional-e-pnll-o-vaievem-institucional>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.1, p. 94-111, 2010.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (doutorado)-Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos; CALIL JUNIOR, Alberto Elias; ACHILLES, Daniele. Mapeamento das políticas culturais nacionais voltadas para bibliotecas públicas no Brasil. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 15, 2014, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5/view> Acesso em: 15, fev. 2019.

MELO, Teresa Mary Pires de Castro ; MACHADO, Elisa Campos. Projeto Bibliotecas em rede: resultados preliminares. **RBBD**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online), São Paulo, v. 11, p. 181-192, 2015

MINC lança edital de apoio a bibliotecas em todo país. **Notícias em destaque**, Brasília, DF, MinC, 30/04/2010. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/minc-lanca-edital-de-apoio-a-bibliotecas-em-todo-o-pais/10883/maximized Acesso em: 27 ago. 2018.

RAMOS, Carla Rossana Chianello. As políticas para a biblioteca, o livro e a leitura nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva: breve estudo comparativo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 129, 2009. p. 57-81, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: trajetória e temporalidade. **Nossos Documentos**, Rio Branco, 3 de novembro de 2018. Disponível em: <http://documentos-fgb.blogspot.com/2008/11/politicas-culturais-no-brasil-trajetria.html> Acesso em: 30 jul 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIQUEIRA, Bianca Lopez; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBB**. v. 14, n. esp. 45 anos, p. 27-45, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Editais**. Brasília, [2017?]. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/editais> Acesso em: 31 jul. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **História**. Brasília, [2013?]

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Relatório de Atividades do SNBP: 2011**. Rio de Janeiro, 2012.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Relatório de Atividades do SNBP: 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Relatório de Atividades do SNBP: 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Relatório de Atividades do SNBP: 2014**. Rio de Janeiro, 2015.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir José. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 19, n.2, p. 137-165, jul./dez., 1995.

Recebido em: 13 de novembro de 2018
Aceito em: 09 de janeiro de 2019